

O conceito de Trabalho Decente: reflexões em perspectivas

The concept of decent work: reflections on perspectives

Wagna Maqui Cardoso de Melo Gonçalves*

Departamento de Ciências Exatas e da Natureza
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

RESUMO

Objetiva-se tecer críticas ao conceito de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Fragmentou em cinco partes o conceito cunhado por Juan Somavía, então diretor geral da OIT. Baseou-se à análise das categorias fragmentadas a literatura crítica a partir dos autores Harvey (1992, 2011); Proni e Rocha (2010); Coutinho (2010); Simionatto (2014); Silva e Barbosa (2016) Beltramilli Neto e Voltani (2019); Gonçalves (2019) etc. Identificou-se que a proposta do 'Trabalho Decente' é progressista, mas omite suas contradições existentes. Conclui-se que o termo Trabalho Decente está fadado a não superar ou vencer o combate à pobreza e precarização do trabalho sem, contudo, pautar o gerador de tais problemas: a exploração da classe trabalhadora pelo capital de forma desmedida e a expropriação de seus parques direitos com fins de manutenção e maximização dos lucros capitalistas.

Palavras Chaves: Crítica; Trabalho Decente. Organização Internacional do Trabalho; Precarização do trabalho; Expropriação dos direitos trabalhistas.

ABSTRACT

The objective is to criticize the concept of Decent Work of the International Labor Organization - ILO. It broke the concept coined by Juan Somavía, then director general of the ILO, into five parts. Critical literature was based on the analysis of fragmented categories from the authors Harvey (1992, 2011); Proni and Rocha (2010); Coutinho (2010); Simionatto (2014); Silva and Barbosa (2016) Beltramilli Neto and Voltani (2019); Gonçalves (2019) etc. It was identified that the 'Decent Work' proposal is progressive, but omits its existing contradictions. It is concluded that the term Decent Work is bound to not overcome or overcome the fight against poverty and precariousness of work without, however, guiding the generator of such problems: the excessive exploitation of the working class by capital and the expropriation of its meager rights for the purpose of maintaining and maximizing capitalist profits.

Keywords: Criticism; Decent work. International Labor Organization; Precariousness of work; expropriation of labor rights.

*wagnamequias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar reflexões, de forma crítica, ao conceito de Trabalho Decente presente no programa internacional ‘Agenda Nacional de Trabalho Decente’ (ANTD) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em âmbito internacional, as novas propostas para ajustes nos desarranjos sociais consequentes do estágio recente do desenvolvimento do capitalismo são discutidas por instituições como a OIT, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) entre outros órgãos internacionais (GONÇALVES, 2019). Segundo Proni e Rocha (2010), essas propostas buscam a mediação de conflitos econômicos na periferia do mundo, em especial sobre temas como desemprego, desigualdade, exclusão social e pobreza.

Historicamente, é a OIT a responsável pelo estabelecimento e monitoramento de padrões trabalhistas em nível internacional. As contribuições mais recentes correspondem a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho (1998) e a formalização do termo Trabalho Decente (1999), que foram adotados no auge das transformações produzidas pelos principais eventos ocorridos ao longo dos anos 1990 que impactaram, sobremaneira, os países subdesenvolvidos: por exemplo, a adoção da cartilha do Consenso de Washington, o processo de desenvolvimento tecnológico, a flexibilização da produção e a globalização. Juntos, esses eventos causaram o desemprego estrutural, o acirramento da competitividade entre empresas, países e indivíduos, redução dos custos e direitos do trabalho, debilitamento dos sindicatos e a diminuição progressiva do trabalho formal, protegido, estável e regulamentado (HARVEY, 2011). Acrescenta-se a isso, a acentuação dos problemas relacionados ao aumento persistente do desemprego, a precarização, a informalidade e desigualdade social (MATTOSO, 1996; ABRAMO, 2010; PRONI E ROCHA, 2010).

Nesse sentido, desde 1998, e de forma mais consistente a partir de 2003, a OIT vem buscando parcerias com Estados-Membros e Organizações Internacionais (OI), para difundir internacionalmente

uma agenda que promova o ‘Trabalho Decente’ como estratégia de enfrentamento da precarização e desigualdades do trabalho (PRONI; ROCHA, 2010). No entanto, apesar dos esforços dos programas políticos internacionais que carregam o nome Trabalho Decente, nos dias atuais ainda é corriqueiro discutir e encontrar problemas relacionados ao trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, discriminação no trabalho desigualdades salariais entre outros em diferentes países.

Assim, após a deflagração do termo no meio acadêmico, político e social, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre o estudo e o aprimoramento da idéia de Trabalho Decente. Segundo Merino (2017, p.118), “a OIT representa a maior produtora de doutrinas, estatísticas e outras informações sobre Trabalho Decente”. Daí que sendo a OIT a referência no assunto e uma Organização poderosa, seu conceito, os pilares em que se fundam e as interpretações dadas por seus colaboradores se projetam mundialmente. Dessa forma, à medida que o termo se difundiu, o programa denominado de Agenda Nacional de Trabalho Decente da OIT passou a ser utilizado como uma diretriz de políticas governamentais no âmbito nacional de alcance internacional e rapidamente foi surgindo uma grande diversidade de propostas metodológicas com distintas mensurações dos indicadores que caracterizam Trabalho Decente. Contudo, a grande maioria dessa produção está atrelada aos ‘doutrinadores’ da OIT (GONÇALVES, 2019).

Nesse sentido, é importante discutir para além do caráter burocrático e institucional que a produção e socialização do conhecimento sobre a temática ‘Trabalho Decente’ possui. Para Coutinho (2010, p.40-41), “esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de ‘dados’ segundo esquemas formais preestabelecidos”. Para Almeida (2017), essa burocratização por meio do pensamento fetichizado é sustentada pela ideologia dominante em seus diferentes espaços de veiculação, entre eles, o próprio Estado. Assim, diante da vasta produção sobre Trabalho Decente, acha-se com frequência

opiniões pouco ou nada contrárias ao que prega a OIT, onde a maioria é elaborada por ‘parceiros’ de Organismos Internacionais, tornando o conceito tendencioso e pouco contestado (GONÇALVES, 2019).

É importante lembrar que desde sua criação em 1919 a OIT vem buscando convergir às visões: humanitária, política e econômica; em prol da internacionalização da legislação trabalhista (CAMINHA, 2014). Tal fato pode ser atestado no preâmbulo da Constituição da OIT. Nesse sentido, a visão humanitária pode ser atestada na seguinte passagem: “existem condições de trabalho que implicam para um grande número de pessoas a injustiça, a miséria e privações” (DGERT, 2019). A visão política foi colocada em xeque quando se constatou a ameaça da harmonia social por conta da insatisfação dos trabalhadores, presente na citação: “descontentamento que a paz e a harmonia universais são colocadas em perigo” (DGERT, 2019). Já a perspectiva econômica se verificou na necessidade de domar a concorrência capitalista internacional: “a não adoção por uma nação de um regime de trabalho realmente humano é um obstáculo para os esforços de outras nações que desejam melhorar a condição dos trabalhadores nos seus próprios países” (DGERT, 2019). Segundo Caminha (2014, p. 174), a convergência das visões humanista, política e econômica foram mantidas:

(...) porque se traduzia em instrumento eficaz para, a um só tempo, garantir melhores condições de vida à classe operária, para conter a tendência de iminentes revoluções e para preservar uma concorrência equitativa, e, em última análise, o próprio sistema capitalista, a OIT foi aceita, de imediato, pelos governos das principais potências mundiais, com exceção dos Estados Unidos.

Convém lembrar que a OIT foi fundada ao final da I Guerra Mundial, com a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919 na ocasião da Conferência de Paz. Durante a confecção desta legislação várias divergências entre as delegações foram apresentadas, pois segundo Souza (APUD CAMINHA, 2014, p. 172), enquanto França e Itália defendiam uma maior participação dos governos, os

Estados Unidos¹ defendiam uma postura mais liberal atribuindo aos empregadores e trabalhadores a responsabilidade pela solução de seus problemas, do funcionamento do Organismo e da elaboração das Leis de proteção ao trabalho. Apesar de toda essa divergência, em 1919, em Versalhes, a OIT foi criada.

Assim, desde sua criação, a estrutura e metodologia de trabalho da OIT se dá através de parcerias tripartites, oferecendo assistência técnica a seus membros na implementação das normas internacionais do trabalho e de programas, projetos, pesquisas, entre outras coisas relacionadas ao mundo do trabalho (ILO, 2019). Segundo Souza Júnior (2016), a OIT cumpre o papel das Organizações Internacionais a qual serve como arena de encontro, diálogo, negociação e coalizão entre as entidades envolvidas, fazendo um papel de fricção nos embates das diferentes posições, além de produzir análises das mais diversas ordens e difundindo políticas e ideias dentro de sua expertise.

Nesse sentido, a OIT se vale de sua atividade normativa como principal ferramenta no atual contexto de globalização para internacionalizar as normas do trabalho em um ambiente de desnível econômico e social entre os diversos países e do aumento das pressões no âmbito dos Estados Nacionais com vistas à desregulamentação ou flexibilização dos direitos dos trabalhadores, conforme exemplifica Caminha (2014). É nesse sentido que estudar a perspectiva crítica do conceito de Trabalho Decente, principal tema que a OIT utiliza recentemente como mecanismo de internacionalização das políticas e legislação do trabalho, se faz pertinente.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a do tipo bibliográfica e documental. No caso das fontes bibliográficas foram estudados textos como os de Abramo (2010); Merino (2011); Beltramelli Neto e Voltani (2019), entre outros, para debater sobre o tema Trabalho Decente. Com relação ao debate crítico sobre a atuação dos Organismos internacionais usou-se Almeida (2017); Boschetti (2010) e Caminha (2014), entre outros. A parte documental abrangeu documentos extraídos da OIT, como a Constituição da OIT; documentos de acompanhamento da Agenda Nacional de

Trabalho Decente e Somavía (1999). Assim, o presente artigo está organizado em dois tópicos, além desta introdução e considerações finais. O primeiro tópico apresenta as advertências preliminares necessárias à aclarar o conceito de Trabalho Decente. O segundo tópico apresenta uma análise crítica do conceito de Trabalho Decente no atual contexto de desenvolvimento capitalista trazendo cinco subtópicos relacionados a fragmentação do conceito em categorias que são colocadas em perspectivas de acordo com a literatura temática.

2 AS ADVERTÊNCIAS DO CONCEITO

A OIT foi a percussora na conceituação do termo Trabalho Decente, pois até a sua iniciativa não havia nem definição, nem um marco formal sobre a temática (MERINO, 2017). O termo foi apresentado pela primeira vez pelo então Diretor Geral da OIT, o embaixador chileno Juan Somavía, na 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em junho de 1999, no bojo das discussões sobre as Metas do Desenvolvimento do Milênio da ONU. Naquela ocasião, Somavía, estabeleceu Trabalho Decente como sendo “o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido por homens e mulheres de todo o mundo em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade, e livre de qualquer forma de discriminação” (SOMÁVIA, 1999).

Destaca-se que não existe um conceito criteriosamente e formalmente estabelecido por parte da OIT para conceituar Trabalho Decente. Portanto, as palavras de Somavía (1999) é levada a cabo para tal conceito. Assim, o conceito fica susceptível a diversas interpretações, dessa forma, necessita-se primeiramente que sejam tecidas algumas advertências. A primeira advertência diz respeito à questões morais. O termo ‘decente’ na visão de Somavía (1999), se refere às condições de dignidade no trabalho e do trabalhador. É importante não confundir este termo com ensejos ligados à moralidade, pois o mesmo se refere unicamente as más condições em que o trabalho é exercido. Um exemplo está no trabalho das e dos profissionais do sexo, que no caso pode ser considerado

indecente, na perspectiva do seu exercício em meio às más condições das diversas formas de insegurança laboral. Essa perspectiva afasta a consideração indecente, da moralidade, que habitualmente lhes é atribuída. Apesar da impressão de pouca seriedade, o termo é passível de tais críticas (RODGERS, 2002; MERINO, 2017).

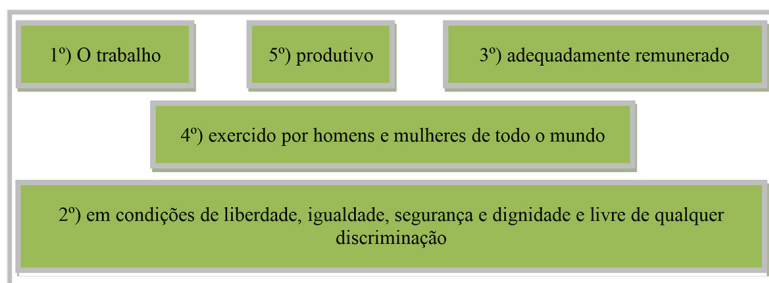
A segunda advertência diz respeito a maleabilidade do conceito. O debate à respeito do entendimento do termo, é múltiplo e cheio de interpretações. Segundo Beltramelli Neto e Voltani (2019, p. 170), a falta de um critério objetivo para dimensionar o Trabalho Decente lhe deu caráter de maleabilidade, refletindo, sobremaneira, um conceito subjetivo, cujo cumprimento está sujeito às vicissitudes nacionais, incumbindo “a cada país definir e interpretar a concepção de acordo com suas expectativas e nível de desenvolvimento”. Nesse sentido, Abramo (2010) ressalta que o termo pode ser construído a partir de um conceito multidimensional integrando dimensões quantitativas, com medidas dirigidas à geração de postos de trabalho e ao enfrentamento do desemprego, e qualitativas, com medidas dirigidas à superação de formas de trabalho de baixas rendas, ou de atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes, associados à proteção social e aos direitos do trabalho. Para Rodgers (2002), prover o emprego sem considerar sua qualidade não conduz a nação ao progresso, e promover os direitos do trabalho sem preocupar-se pelo fato de que existam trabalho é igualmente infrutífero.

Portanto, as advertências aqui apresentadas são as principais críticas que se ensejam quando se discute Trabalho Decente na academia e na política. No entanto, tais críticas se apresentam superficiais à importância que o tema representa, sendo necessárias outras abordagens devidamente contextualizadas e deslocadas das que são fartamente apresentadas pela OIT. Destarte isso, fica aqui a advertência final: Não está no escopo deste trabalho o aprimoramento do conceito em análise, mas, abrir outras linhas de reflexão sobre o tema na busca de contribuir com o conceito predominante e encontrar caminhos para superação das fragilidades identificadas.

3 PARA A CRÍTICA AO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE

Não se deve negar que, aparentemente, o conceito difundido por Somavía (1999), integra objetivos sociais (direitos do trabalho) e econômicos (emprego). Contudo, ao observar atentamente o conceito e incluí-lo no contexto inerente ao atual modo de produção capitalista de geração de pobreza e desigualdades, percebe-se que se trata de uma integração complexa numa unidade de ‘coerência e contradição’. Dessa forma, é possível afirmar que há ‘coerência’ no sentido de se almejar um trabalho com qualidades fundadas no direito do trabalho. Mas, se conectadas e entrelaçadas às categorias estabelecidas na fala de Somavía (1999), percebe-se que a ‘contradição’ é a regra que predomina no contexto de práticas dos ideais neoliberais, que impede a adoção do trabalho decente/digno.

Figura 1 - Fragmentação do conceito Trabalho Decente e sequência de análise.



Fonte: Somavía (1999) Elaboração Própria 2019

A figura 1 acima, trás o conceito apresentado por Somavía (1999) fragmentado em 5 categorias, que serão discutidas individualmente. Nesse sentido, as críticas serão mais esclarecedoras à medida que os fragmentos do conceito forem elucidados no decorrer do texto, seguindo a sequência de análise apresentada no esquema da figura 1 acima.

3.1 FRAGMENTO 1: O TRABALHO

Quanto ao primeiro fragmento da análise, Rodgres (2002, p.14) deixa claro que o termo ‘trabalho’ tem um sentido mais amplo que emprego/ocupação, pois: *“El trabajo abarca no solo el empleo asalariado sino también el autoempleo y el trabajo en casa, toda la gama de actividades de la economía informal y las tareas domésticas, como la cocina y la limpieza”*. Ou seja, trabalho não se refere apenas ao emprego assalariado em empresas, mas todas as tarefas complexas exercidas na comunidade para o usufruto de forma direta e indireta em sociedade. Segundo Proni e Rocha (2010), na ocasião da adoção da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, em 1998, a OIT muda suas recomendações sobre o trabalho do tipo informal, pois aceita que as oportunidades de trabalhos podem ser criadas no bojo da informalidade, desde que respeite os direitos básicos do trabalho.

A partir dessas afirmações, a primeira contradição presente no conceito vem à tona. Em primeiro lugar, as alternativas para o desemprego são criadas no bojo da informalidade, pois o trabalhador está reagindo a falta de empregos na busca do atendimento às suas necessidades básicas. Nesse contexto, a necessidade é o principal fator de motivação [mas não o único] para levar um trabalhador a iniciar um empreendimento informal, ou aceitar o exercício de um trabalho informal. Assim, aquelas atividades empreendedoras iniciadas em virtude da necessidade, é resultado dos problemas advindos das transformações conjunturais e/ou estruturais econômicas que se manifesta nas relações de trabalho e emprego. Nesse sentido, um empreendimento ou trabalho informal é produto do desemprego, ou seja, é para onde os desempregados vão por falta de oportunidades (BULGACOV et al., 2010). Segundo Almeida (2017), 78,3% dessa categoria de trabalhadores não contribuem à previdência social, colaborando à redução e deterioração dos recursos e finanças do Sistema de Proteção Social, prejudicando a abrangência e eficácia destas políticas.

No geral, trabalho por conta própria, autônomo ou empreendedor individual, trabalho avulso e eventual podem constituir um ramo do

trabalho informal, o qual, no sentido que a OIT propaga, encobre a precariedade que o caracteriza. Segundo Bulgacov et al. (2010) em nível macro, são majoritariamente os países com maiores níveis de desigualdade e pobreza que ‘incentivam’, criam ou recolocam tais práticas como alternativas de geração de emprego e renda. Em nível micro, é majoritariamente a população condicionada por fatores limitantes de pobreza e com poucas, ou quase nenhuma possibilidade de escolha, que são as encaminhadas para estas situações. Portanto, o sentido de trabalho presente no conceito da OIT, surpreende quando aceita relações informais de trabalho, como se desconhecemos em que condições esses trabalhos são realizados.

3.2 FRAGMENTO 2: EM CONDIÇÕES DE LIBERDADE, IGUALDADE, SEGURANÇA, DIGNIDADE E LIVRE DE QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

O segundo fragmento está relacionado aos condicionantes determinantes de um trabalho decente. Esses condicionantes são, em sua essência, características centrais do trabalho em sua dimensão ontológica. Entretanto, segundo Gonçalves (2019), quando praticadas no ambiente de precariedade são substituídos por seus opostos: opressão, exploração, insegurança e inibição do desenvolvimento das capacidades humanas. Para Almeida (2017, p. 91), é a exploração da população trabalhadora “que ainda permanece na atualidade escamoteada no discurso de liberdade de emprego que falseia a realidade do desemprego ou precarização do trabalho entre homens e mulheres, brancos, negros e mestiços”.

Para Mattoso (1996) e Harvey (2011) a tendência mundial do capitalismo sob a égide neoliberal é encaminhar o mercado de trabalho para a terceirização, informalidade, prestação de serviços precarizados, destruição dos postos de trabalho e redução do emprego na indústria e agricultura. No período recente, o desemprego, as relações precárias de trabalho, ‘escravidão moderna’ e trabalho infantil, têm se mostrado persistentes na erradicação, evidenciando sua faceta mais cruel. De acordo com a OIT (2018), a taxa de desemprego no mundo chegou a 5,6% em 2017, o que

representa mais de 192 milhões de pessoas e que cerca de 1,4 bilhão de trabalhadores no mundo exerciam ocupações vulneráveis.

O tema também tem repercutido muito quando se investiga sobre a Seguridade Social. Em primeiro lugar, relacionado aos empregos dos setores de comércio e serviços, conhecidos por representarem o segmento que possui maior carga de trabalhadores na situação de trabalho informal e sem o gozo dos devidos direitos trabalhistas (POCHMANN, 1999). Em segundo lugar, as alterações constitucionais dos direitos de Seguridade Social, que têm imposto dificuldades de acesso aos direitos de Previdência Social, inclusive com a privatização dos recursos previdenciários (BOSCHETTI, 2010; ALMEIDA, 2017). Portanto, ter emprego ou trabalho formal não é garantia de ter um ‘Trabalho Decente’ provido de segurança social e dignidade. Isso também dificulta a superação da vulnerabilidade do trabalho geradas com a perda ou não consolidação de direitos trabalhistas, conforme tem se presenciado constantemente em flexibilizações de direitos trabalhistas mundo à fora.

3.3 FRAGMENTO 3: ADEQUADAMENTE REMUNERADO

A crítica ao terceiro fragmento, pode ser realizada à partir da afirmação de Silva e Barbosa (2016, p. 29): “A economia globalizada faz com que somente as empresas competitivas sobrevivam no mercado e, em nome dessa sobrevivência mercadológica, o custo da mão de obra passa a ser visto como um estorvo”. Nesse sentido, no mercado de trabalho o processo de reestruturação sob a égide neoliberal se caracteriza pela lógica da flexibilização e diminuição da proteção social (HARVEY, 1992; 2011). Uma crítica que Krein e Biavaschi (2015) trazem à ideia da flexibilização é que ela é compreendida como a liberdade de o empregador definir unilateral e discricionariamente a contratação, o uso e a remuneração do trabalho, ou seja, o poder do empregador é prevalecente. Nesse cenário, a regulamentação trabalhista também fica prejudicada, sob constantes ataques. Somando esses eventos e introduzindo-os no contexto de reestruturação da produção, essas tendências avançam para reduzir os custos e os direitos do trabalho.

Conforme demonstra Pochmann (1999, p. 47), sobre a experiência de países como Inglaterra, Espanha e Argentina que adotaram a redução do custo do trabalho nos anos 1990, “por meio da redução do poder de compra do salário mínimo, seus valores entre trabalhadores adultos e jovens, do corte dos encargos sociais ou da queda de barreiras à demissão da mão de obra (flexibilização das relações de trabalho)”, o que se verificou como resultado foi o aumento dos níveis de pobreza.

Destaca-se que em dias atuais, mesmo após a Reforma Trabalhista no Brasil em 2017, o aumento da geração de empregos formais ainda não foi alcançado (GONÇALVES, 2019). O mesmo caso ocorre com a Reforma Trabalhista espanhola em 2012. Críticos desta Reforma afirmam que os novos empregos são muito precários e que a reforma trouxe uma queda generalizada dos salários, e aumento da desigualdade social. O mais irônico é que recentemente o discurso do Governo do Partido Popular Espanhol, de centro direita, responsável por implantar a Reforma, diz que os salários precisam melhorar, para que as famílias recuperem seu poder aquisitivo (EL PAÍS, 2017).

Destarte isso, em períodos de crise, as condições do mercado de trabalho pioram e, à medida que o tempo passa e a economia permanece nesta situação, as pessoas ficam cada vez mais dispostas a exercer qualquer trabalho por qualquer salário, intensificando o processo de precarização. A OIT (2018), aponta que os grupos em pior situação de vulnerabilidade salarial são os trabalhadores com pouco estudo, jovens, imigrantes, idosos, negros e mulheres.

3.4 FRAGMENTO 4: EXERCIDO POR HOMENS E MULHERES DE TODO O MUNDO

O quarto fragmento se refere a não discriminação de gênero no sentido amplo. As mulheres são maioria do quantitativo de trabalhadores com empregos de qualidade e salários inferiores. O trabalho exercido por mulheres e suas distintas formas de configuração é anterior a consolidação da sociedade capitalista. No entanto, a luta pelo direito ao trabalho é contemporânea, se

confundindo com o desenvolvimento histórico das forças produtivas e do avanço das lutas feministas de enfrentamento ao patriarcado (ALMEIDA, 2017).

Desde 1970 a participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo. No entanto, é a partir da década de 1990 que este passa a ser notado em várias partes do mundo. Contudo, as diferenças nos índices de participação segundo os níveis de renda e seu local de origem afetam, principalmente, as mulheres mais pobres e de baixa escolaridade (ALMEIDA, 2017). Dessa forma, vê-se que “a inserção das mulheres no mercado de trabalho é acompanhada de contradições e paradoxos que configuram a particularidade que as mulheres vivenciam na sociedade patriarcal e capitalista” (ALMEIDA, 2017, p. 111). Assim, para efetivação do que prega a OIT, precisa-se, primeiramente, superar a segmentação e a desigualdade no sentido amplo, pois os avanços alcançados continuam coexistindo com tais práticas e sendo reproduzidos ao redor do mundo.

Portanto, segundo Almeida (2017) para que a garantia do exercício do trabalho tanto dos homens e, sobretudo das mulheres, não seja ofuscada pelo exercício do trabalho precarizado, é necessário romper e superar a base que sustenta a desigualdade social. A conquista da igualdade substantiva real na vida de mulheres e homens é a bússola que orienta a necessidade de luta para garantir o exercício laboral nas mesmas condições e de forma não precarizada.

3.5 FRAGMENTO 5: PRODUTIVO

Por fim, o último, e não menos importante fragmento do conceito de Trabalho Decente. Entende-se que o adjetivo ‘produtivo’ está relacionado com as inovações tecnológicas, a escala e as formas sociais da produção. O termo produtivo passou a ter seu uso intensificado com o advento da articulação da modernização da estrutura produtiva com o desenvolvimento tecnológico com vistas para o aumento da ‘produtividade’ do trabalho. Nesse sentido, o uso do termo ‘produtividade’ fica mais adequado ao conceito, em detrimento ao termo produtivo.

No elo entre as escalas de articulação para o aumento da produtividade está o trabalhador. Nesse esquema, novos processos de produção e gestão da força de trabalho emergem sob a égide da flexibilização da produção, especialização flexível e desregulamentação do trabalho, para alcançarem o aumento da produtividade, alinhados à concepção de investimento em educação à lógica do mercado e conversão dos indivíduos em capital (humano) para o mercado de trabalho. Tudo em favor dos interesses voltados à acumulação capitalista (ANTUNES, 1995; GONÇALVES, 2019)

Ao elevar a produtividade, através da articulação do avanço tecnológico e da ‘qualidade’ do trabalhador, autores como Antunes (1995), Pochman (1999), Harvey (2011) e Monteiro et al (2016) definem que o incremento da produtividade, em tempos de relações de trabalho desregulamentadas, pode possibilitar ao capital uma maior exploração e à força de trabalho uma maior precarização. Monteiro et al (2016, p. 40), também afirma que as empresas tratam ‘modernizar e precarizar’ como sinônimos, pois, para elas “a retirada de direitos e garantias trabalhistas [mascaradas por desregulamentação, flexibilização e modernização das leis trabalhistas] representaria um aumento de produtividade”. Entretanto, nesse processo está a contradição: “produz-se a precarização sob o pretexto de combater o desemprego e a própria precarização, por debilitar o contrapoder sindical dos trabalhadores” (MONTEIRO ET AL. 2016, p. 40), dificultando a retomada de empregos de qualidade superior aos empregos precários instituídos para combater o desemprego.

Desse modo, se de um lado a precarização do trabalho possibilita ao capitalista uma maior exploração do trabalhador (via aumento da produtividade); do outro lado, como forma de garantir a intensidade na exploração, o discurso presente prega o estabelecimento da armadilha da competitividade, via qualificação da força de trabalho. Uma maior qualificação se traduziria em intensificação do ritmo do trabalho (ANTUNES, 1995; ALMEIDA, 2017; GONÇALVES, 2019).

Portanto, diante desta breve análise, cabe ressaltar que as ideias universalistas tais como justiça, equidade, liberdade, democracia,

cidadania e participação, propagadas pela OIT na Agenda Nacional de Trabalho Decente, têm a pretensão de estarem presentes no eixo estruturante das políticas sociais dos Estados Nacionais. Contudo, tais diretrizes não trazem reflexões críticas capazes de contribuir para romper com as premissas neoliberais promotoras da precarização do trabalho. Harvey (2011) também reconhece que os Organismos Internacionais e os Estados possuem medidas de intervenção na questão social da classe trabalhadora que preservam os princípios básicos do mercado, mesmo estando mascaradas por uma retórica sobre a liberdade individual, autonomia e responsabilidade. Simionatto e Costa (2014, p. 75) são mais enfáticas em suas constatações ao dizerem que “os Estados Nacionais e as Organizações Internacionais reconhecem a necessidade da atenção à “questão social”, porém (...) não alteram a essência da ordem do capital”. Por fim, resta-nos refletir se o verdadeiro conceito de Trabalho Decente presente nas recomendações da OIT cumpre um papel de fricção nos embates das diferentes posições entre empregadores e trabalhadores acomodando tais recomendações às necessidades do capital, ou atua em prol das necessidades do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É recorrente, por parte da OIT, o desenvolvimento de propostas de Agendas, políticas, resoluções e etc., com vistas a mediar os conflitos relacionados às relações de trabalho, desemprego, exclusão social e pobreza. Uma dessas propostas está na promoção do Trabalho Decente a partir da Agenda Nacional do Trabalho Decente. Os primeiros resultados da pesquisa apontam que o conceito de trabalho decente é maleável e impreciso, e por isso, a OIT defende que a promoção do trabalho decente deve seguir de acordo com as condições econômicas e possibilidades inerentes a cada país. Considera-se que essa maleabilidade conferiu uma fragilidade quanto à denominação do que é trabalho decente, implicando nas dificuldades de seu alcance por parte dos trabalhadores, sobretudo, no atual contexto de desigualdades sob a égide de práticas de ideias neoliberais. Assim, considera-se que sem um parâmetro objetivo

sobre o significado de trabalho decente, a tendência é que as atuais práticas laborais contribuam com a manutenção da concorrência capitalista internacional por países mais pobres onde a mão de obra é mais barata, com leis trabalhistas frágeis, impedindo a adoção plena de um trabalho verdadeiramente decente.

Deste modo, considera-se também que as críticas aqui trazidas, para o conceito de trabalho decente cunhado pelo então diretor geral da OIT em 1999, trazem perspectivas teóricas que levantam dúvidas sobre a real possibilidade de superação da pobreza e exclusão social via trabalho decente, - conforme prega a OIT - uma vez que, as atuais relações de trabalho desenvolvidas no bojo do capitalismo recente causaram crise nos direitos do trabalhador, impactando não somente nas relações informais de trabalho, mas também nas relações formais.

Desse modo, as críticas ao conceito levantam questionamentos sobre a possibilidade real de superação da vulnerabilidade do trabalho dentro de um cenário de perda ou de não consolidação de direitos da classe trabalhadora; bem como da promoção de igualdade e não discriminação no trabalho. Pelo contrário, o que se verificou na literatura é que o trabalho está permanentemente sob ameaça no sentido de quebra dos direitos sociais e trabalhistas conquistados há muitos anos.

Portanto, conclui-se que não se deve negar que a proposta apresentada no conceito de 'Trabalho Decente' da OIT é progressista. Porém, a impressão que fica é que ela busca humanizar e harmonizar as perdas de direitos, as relações e as más condições de trabalho desenvolvidas no processo capitalista recente de aprofundamento das desigualdades. Assim, a principal lição que pode ser abstraída é que esta harmonização está fadada a não superar ou vencer o combate à pobreza e precarização do trabalho sem, contudo, reconhecer e pautar o outro extremo que está gerando tais problemas: a exploração da classe trabalhadora pelo capital de forma desmedida e a expropriação de seus poucos direitos com fins de manutenção e maximização dos lucros capitalistas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. (2010). **Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta**. IN: TRABALHO DECENTE. Bahia Análise & Dados Jul./Set. 2010. n. 2/3 v. 20. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. SALVADOR, Bahia. Disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/6736840/artigo_trabalho_decente.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1515635306&Signature=TGZGB23%2F5qWkVU1V2mXx4lbOQMU%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTrabalho_decente_dinamica_populacional_e.pdf#page=8 [citado: 2018-01-14].
- ALMEIDA, J. P. de. (2017). **Organismos Internacionais e Enfrentamento à Precarização do Trabalho das Mulheres na América Latina**. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23974>. [citado: 2018-01-31].
- ANTUNES, R. (1995). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ed. São Paulo. Cortez.
- BELTRAMELLI NETO, S.; VOLTANI, J. de C. (2019). **Investigação histórica do conteúdo da concepção de Trabalho Decente no âmbito da OIT e uma análise de sua justiciabilidade**. Revista de Direito Internacional, Brasília, v.16, n.1, p.165-185. Disponível em <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/5900>. [citado: 2019-09-18].
- BOSCHETTI, I. (2010). **Os custos da crise para a política social**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T.; (Orgs.). Capitalismo em crise: política social e direitos. São Paulo, Cortez.
- BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D. de; CUNHA. S. K. da; MEZA. M. L.; SOUZA, R. M. B.; TOLFO, S. da R. (2010). **Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente?** Revista Psicol. Argum.

- out./dez. 2010, 28(63), 337-349. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/download/20309/19583> [citado: 2016-11-19].
- CAMINHA, M. A. L. (2014). **Estado e Trabalho: a regulamentação do trabalho no Brasil a partir de 1990 e a atuação da OIT**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2014. Disponível em <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/790/1/TESE%20DE%20MARCO%20AURELIO%20LUSTOSA%20CAMINHA.pdf> [citado: 2016-09-20].
- COUTINHO, C. N. (2010). **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo, Expressão Popular.
- DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho. (2016). **Constituição da Organização Internacional do Trabalho**. Publicada em 08 de janeiro de 2016. Disponível em <https://www.dgert.gov.pt/constituicao-da-organizacao-internacional-do-trabalho> [citado: 2019-05-13].
- EL PAÍS. (2017). **Reforma trabalhista na Espanha: como recuperar os salários após cinco anos de queda**. Jornal online Reportagem de 18 de junho de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/04/internacional/1499157663_705701.html. [citado: 2018-03-10].
- GONÇALVES, W. M. C. M. (2019). **As políticas de mercado de trabalho para a juventude na “agenda de trabalho decente” dos países BRICS**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28622> [citado: 2021-08-20].
- HARVEY, D. (1992). **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2011). **O novo imperialismo**. 5ed. Loyola. São Paulo.
- KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. de B. (2015). **Os movimentos contraditórios da regulação do trabalho no Brasil dos anos 2000**. Artigos Acadêmicos. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT. Disponível em: <http://>

- www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2015/10/CLASCO-vers%C3%A3o-enviada-de-maio.pdf. [citado: 2018-03-15].
- MATTOSO, J. (1996). **A desordem do trabalho**. 1. reimpressão. São Paulo: Scritta.
- MERINO, L. T. (2011). **A eficácia do conceito de trabalho decente nas relações trabalhistas**. Tese de doutorado. Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MONTEIRO, W. de F. (2016). **A metodologia neoclássica da teoria do capital humano**: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. Rev. Econ. Do Centro-Oeste, Goiânia, v.2, n.1, ed. 40-56, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5216/roeste.v2i1.41412> [citado: 2018-04-10].
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. (2006) **Progress in implementation of decent work country programmes**. Committee on Technical Cooperation. 297th Session. Geneva. 2006. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---edmas/---program/documents/genericdocument/wcms_561922.pdf [citado: 2018-03-08].
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. (2018) **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2018**. Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--dcomm/---publ/documents/publication/wcms_631466.pdf. [citado: 2018-06-22].
- POCHMANN, M. (1999). **Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil**. In: Revista do Legislativo. [Brasília]. Abr/dez de 1999. p. 38-47. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes/assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/26/marcio26.pdf>. [citado: 2008-11-18].
- PRONI, M. W.; ROCHA, T. T. da.; (2010). **A OIT e a promoção do Trabalho Decente no Brasil**. Revista ABET. vol. IX. n. 1/2010. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/15486/8849>. [citado: 2018-01-18].

- RODGERS, F. (2002). **El trabajo decente como una meta para la economía global**. Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional. Montevideo, n. 153. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/laept/wp-content/uploads/2017/10/Gerry-Rodgers-El-Trabajo-Decente-como-una-meta-para-la-Econom%C3%ADa-Global.pdf> [citado: 2018-01-14].
- SILVA, A. R. L. da. BARBOSA, V. G. Q. (2016). **A incompatibilidade do programa neoliberal com direito fundamental ao Trabalho Decente**. In: RAMOS, G. T. org. A Classe Trabalhadora e a resistência ao Golpe de 2016. Editorial Praxis. Instituto em Defesa da Classe trabalhadora. Canal 6 Editora. Bauru, SP.
- SIMIONATTO, I; COSTA, C. R. (2014). **Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação**. Rev. katálysis vol.17 no. 1 Florianópolis Jan./ June 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802014000100007>. [citado: 2018-04-10].
- SOMÁVIA, Juan. (1999). ILO. **Decent work**. Report of the Director General to the 1999 International Labour Conference. Geneva.
- SOUZA JUNIOR, José Maria de. (2016). **O lugar das organizações internacionais no sistema internacional: ideias, governança e transnacionalismo**. Revista Conjuntura Global, vol. 5 n. 2, mai./ago., 2016, p. 253-270. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/49345> [citado: 2017-06-30].

NOTAS

1 Os Estados Unidos não ratificaram o Tratado de Versalhes que deu origem a OIT e não aderiu a Liga das Nações, apesar de ter participado durante todo o processo de negociações (CAMINHA, 2014).

Fecha de recepción: 15 de agosto 2023

Fecha aceptación: 27 de diciembre 2023

Fecha versión final: 30 de diciembre de 2023